

# **LEI Nº 7.988 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001**

(Publicado no Diário Oficial de 22 e 23/12/2001)

Alterada pela Lei nº 11.610/09.

## **Cria a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criada a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, com a finalidade de promover, coordenar, acompanhar e integrar as ações governamentais destinadas a reduzir a pobreza e a desigualdade social e as suas respectivas causas e efeitos.

**Parágrafo único.** Para cumprimento de sua finalidade, a Secretaria atuará diretamente e em apoio a programas e ações executados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública de quaisquer esferas governamentais.

**Art. 2º** A Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais tem a seguinte estrutura básica:

### **I - Órgãos Colegiados:**

- a)** Conselho de Políticas de Inclusão Social;
- b)** Câmara Técnica de Gestão de Programas.

### **II - Órgãos da Administração Direta:**

- a)** Gabinete do Secretário;
- b)** Diretoria Geral;
- c)** Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza;
- d)** Coordenação de Relações e Informações Comunitárias;
- e)** Superintendência de Apoio à Inclusão Social;
- f)** Superintendência de Articulação e Programas Especiais.

**§ 1º** O Conselho de Políticas de Inclusão Social, presidido pelo Governador do Estado, tem a finalidade de formular políticas e diretrizes, avaliar os programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como estabelecer a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

**§ 2º** O Conselho de Políticas de Inclusão Social terá a seguinte composição:

**I** - Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, que será o seu vice-

presidente;

**II** - Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia;

**III** - Secretário da Fazenda;

**IV** - Secretário da Saúde;

**V** - Secretário do Trabalho e Ação Social;

**VI** - Secretário da Educação;

**VII** - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;

**VIII** - três representantes da sociedade civil organizada.

**§ 3º** Os membros do Conselho e seus suplentes serão nomeados pelo Governador.

**§ 4º** Os representantes de que trata o inciso VIII, do § 2º, deste artigo, e seus suplentes, serão escolhidos entre os representantes da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual de Saúde, Conselho das Voluntárias Sociais, Conselho das Igrejas Cristãs e Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra.

**§ 5º** A Câmara de Gestão Técnica, presidida pelo Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, com a finalidade de compatibilizar e acompanhar a execução dos programas e ações vinculados à finalidade da Secretaria, tem sua composição, estrutura e funcionamento definidos em Regimento.

**§ 6º** O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.

**§ 7º** A Diretoria Geral tem por finalidade a coordenação dos órgãos setoriais e seccionais, e dos sistemas formalmente instituídos, responsáveis pela execução das atividades de programação, orçamentação, acompanhamento, avaliação, estudos e análises, administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

**§ 8º** A Diretoria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza tem por finalidade programar, coordenar, executar, supervisionar e controlar as atividades do Fundo, previsto no art. 4º desta Lei, observadas as diretrizes e normas específicas.

**§ 9º** A Coordenação de Relações e Informações Comunitárias tem por finalidade criar e manter canais de comunicação com instituições e com o público beneficiado, e gerenciar sistema de informações para o acompanhamento e integração dos programas e ações voltados para a inclusão social.

**§ 10.** A Superintendência de Apoio à Inclusão Social tem por finalidade promover e

fortalecer o desenvolvimento dos programas e ações voltados para a redução das situações geradoras de pobreza, de exclusão social e desequilíbrios sociais.

**§ 11.** A Superintendência de Articulação e Programas tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades indispensáveis ao combate à pobreza e exclusão social.

**Art. 3º** Para atender à implantação da Secretaria de que trata esta Lei, ficam criados um cargo de Secretário de Estado e os cargos em comissão, constantes do Anexo Único desta Lei.

**Art. 4º** Fica instituído, para vigorar por prazo indeterminado, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, com o objetivo de viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de vida cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

**Nota:** A redação atual do *caput* do art. 4º foi dada pela Lei nº 11.610, de 30/09/09, DOE de 01/10/09, efeitos a partir de 01/10/09.

**Redação original, efeitos até 30/09/09:**

*"Art. 4º Fica instituído, para vigorar até o ano de 2010, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, com o objetivo de viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida."*

**§ 1º** Os recursos do Fundo serão aplicados única e exclusivamente em despesas finalísticas.

**§ 2º** O Fundo será gerido pela Casa Civil, segundo a programação estabelecida pelo Conselho de Políticas de Inclusão Social.

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 4º foi dada pela Lei nº 11.610, de 30/09/09, DOE de 01/10/09, efeitos a partir de 01/10/09.

**Redação original, efeitos até 30/09/09:**

*"§ 2º O Fundo será gerido pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, segundo a programação estabelecida pelo Conselho de Políticas de Inclusão Social."*

**Art. 5º** Constituem receitas do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza:

**I** - o produto da arrecadação equivalente a dois pontos percentuais adicionais à alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidentes sobre os produtos e serviços especificados no art. 16, da Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, com a redação decorrente desta Lei;

**II** - dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**III** - contribuições voluntárias, auxílios, subvenções, doações e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

**IV** - receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos.

**Parágrafo único.** Os recursos destinados ao Fundo serão inteiramente recolhidos em conta única e específica, aberta em instituição financeira autorizada pelo Poder Executivo.

**Art. 6º** Fica atribuída à Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais a coordenação do Programa Faz Cidadão e do Projeto Alvorada.

**Art. 7º** O Plano Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza a ser estabelecido pelo Conselho de Políticas de Inclusão Social, observará, dentre outras, as seguintes diretrizes:

**I** - atenção integral para superação da pobreza e desigualdades sociais;

**II** - acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral;

**III** - fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção no setor produtivo;

**IV** - redução dos mecanismos de geração da pobreza e desigualdades sociais.

**Art. 8º** As Secretarias e demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestarão o apoio e os recursos técnicos, quando solicitados pelo Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, necessários à implementação do Plano Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

**Art. 9º** Fica acrescentado à Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, o art. 16-A, com a seguinte redação:

“Art. 16-A. Durante o período de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2010, as alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 15, com os produtos e serviços relacionados no inciso II do artigo anterior, serão adicionadas de dois pontos percentuais, cuja arrecadação será inteiramente vinculada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Parágrafo único. Em relação ao adicional de alíquota de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:

**I** – incidirá, também, nas operações com cervejas e chopes;

**II** – não incidirá nas operações com cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II e III pela legislação federal do IPI, no fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo residencial inferior a 150 kwh mensais e nas prestações de serviços de telefonia prestados mediante ficha ou cartão.”

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover o remanejamento de atividades de outras Secretarias, Órgãos e Entidades, para a Secretaria criada nos termos desta Lei, cuja execução se torne mais compatível com sua finalidade, procedendo às alterações que se fizerem necessárias na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

**Art. 11.** Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

**I** - praticar os atos regulamentares e regimentais que decorram, implícita ou explicitamente, das disposições desta Lei, inclusive os que se relacionem com pessoal, material e patrimônio;

**II** - promover as modificações que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, no Plano Plurianual e no Orçamento para o exercício de 2002.

**Art. 12.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 21 de dezembro de 2001.

**CÉSAR BORGES**  
**Governador**

Sérgio Ferreira  
Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas  
Secretário da Fazenda

Pedro Barbosa de Deus  
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Ana Benvinda Teixeira Lage  
Secretária da Administração

Roberto Moussallem de Andrade  
Secretário de Infra-Estrutura

Eraldo Tinoco Melo  
Secretário da Educação

Luiz Carreira  
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Heraldo Eduardo Rocha  
Secretário da Justiça e Direitos Humanos

José Maria de Magalhães Netto  
Secretário da Saúde

Aroldo Cedraz de Oliveira  
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

Roberto de Oliveira Muniz  
Secretário do Trabalho e Ação Social

Kátia Maria Alves Santos  
Secretária da Segurança Pública

Paulo Renato Dantas Gaudenzi  
Secretário da Cultura e Turismo

**ANEXO ÚNICO**  
**QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE COMBATE À POBREZA E ÀS**  
**DESIGUALDADES SOCIAIS**

NOMENCLATURA	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe de Gabinete	DAS-2A	01
Superintendente	DAS-2A	02
Diretor Geral	DAS-2B	01
Diretor	DAS-2B	01
Assessor Especial	DAS-2C	03
Diretor	DAS-2C	03
Coordenador I	DAS-2C	07
Assessor Técnico	DAS-3	08
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	01
Secretário de Gabinete	DAS-3	01
Coordenador II	DAS-3	19
Coordenador III	DAI-4	08
Assistente Orçamentário	DAI-4	03
Oficial de Gabinete	DAI-5	02
Secretário Administrativo I	DAI-5	08
Coordenador IV	DAI-5	02
Secretário Administrativo II	DAI-6	04